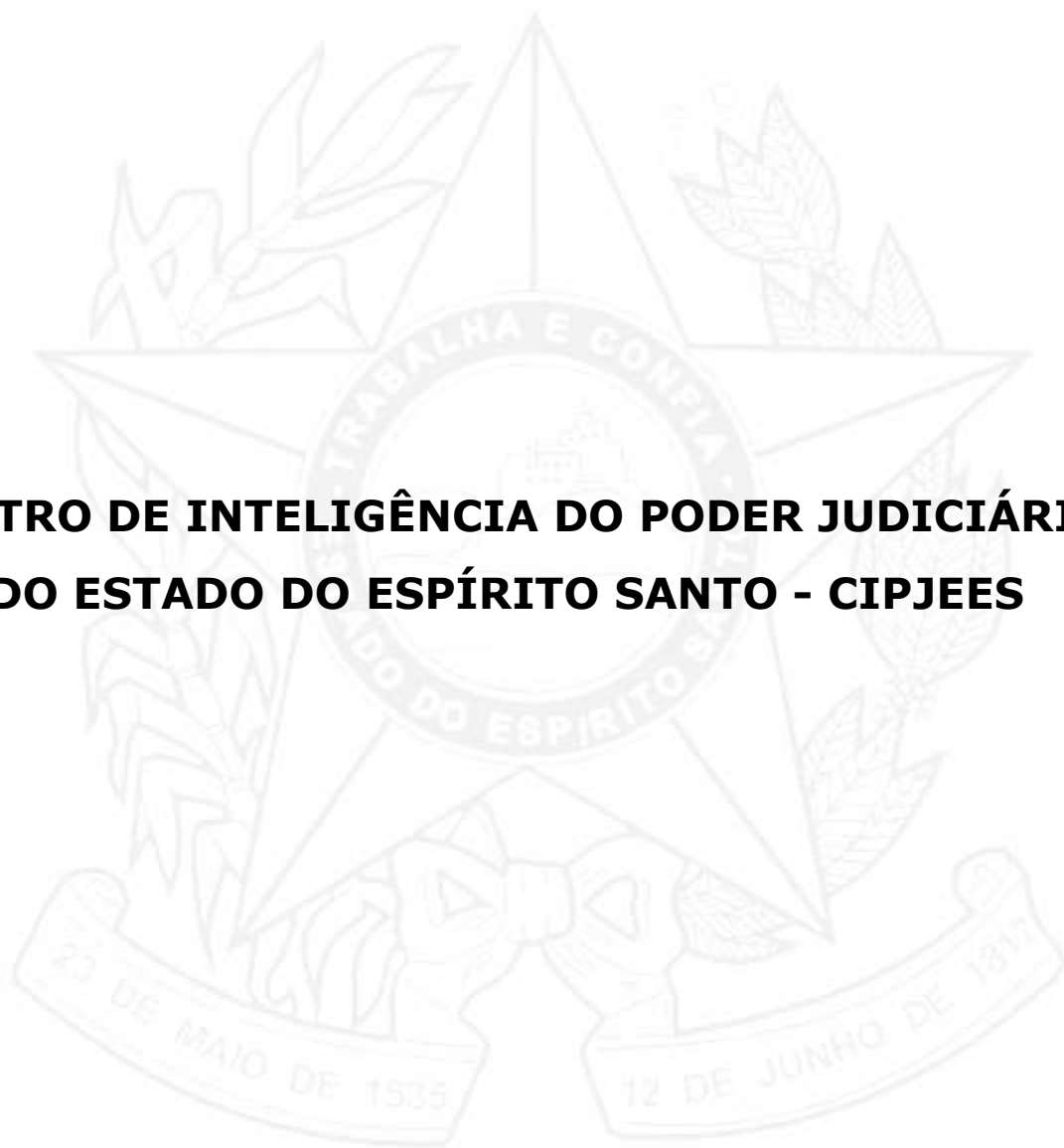




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Tribunal de Justiça**

## **CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CIPJEES**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**NOTA TÉCNICA – 10/2025  
DEZEMBRO DE 2025**

ARQUIVAMENTO E BAIXA  
DEFINITIVA DE PROCESSOS

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo  
Rua Desembargador Homero Mafra, 60, Enseada do Suá  
29.050-906 - VITÓRIA-ES - (27) 3334-2200  
[www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BIÊNIO 2024/2025

PRESIDENTE

Desembargador **Samuel Meira Brasil Jr.**

VICE-PRESIDENTE

Desembargador **Namyr Carlos de Souza Filho**

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador **Willian Silva**

# **CIPJEES**

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

NOTA TÉCNICA / CIPJEES

VITÓRIA – ESPÍRITO SANTO

DEZEMBRO DE 2025

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo  
Rua Desembargador Homero Mafra, 60, Enseada do Suá  
29.050-906 - VITÓRIA-ES - (27) 3334-2200  
[www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)

# Sumário

<b>1. FINALIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. FUNDAMENTOS NORMATIVOS E DIRETRIZES.....</b>	<b>5</b>
<b>3. RELEVÂNCIA INSTITUCIONAL E IMPACTOS GERENCIAIS..</b>	<b>6</b>
<b>4. DIRETRIZES ÀS UNIDADES JUDICIÁRIAS.....</b>	<b>7</b>
<b>6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO.....</b>	<b>7</b>

# TEMA – ARQUIVAMENTO E BAIXA DEFINITIVA DE PROCESSOS

**Orientação às Unidades Judiciárias  
para prioridade no arquivamento e  
baixa definitiva dos autos.**

## 1. FINALIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO

O Centro de Inteligência do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, alinhado às políticas judiciárias de governança e eficiência instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e em conformidade com as disposições do Código de Processo Civil, emite a presente Nota de Orientação com o objetivo de reforçar às Unidades Judiciárias, em especial às Secretarias de 1º e 2º Graus de Jurisdição, a necessidade de observância prioritária e célere do arquivamento e da baixa definitiva dos processos já julgados, transitados em julgado e desprovidos de pendências processuais, administrativas ou materiais.

Tal providência tem natureza essencialmente institucional, refletindo diretamente na fidedignidade dos dados estatísticos, na eficiência da gestão do acervo processual e no cumprimento das Metas Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, consolidando o compromisso do Tribunal com a governança judiciária, a transparência e a qualidade das informações.



## **2. FUNDAMENTOS NORMATIVOS E DIRETRIZES**

O arquivamento definitivo de feitos representa etapa essencial na cadeia da gestão processual e documental, assegurando a depuração dos acervos e a integridade das informações estatísticas do Tribunal.

Diversos normativos do Conselho Nacional de Justiça orientam e disciplinam esse procedimento. A Resolução CNJ nº 324/2020, que institui o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), estabelece que a eliminação ou baixa de autos findos deve observar critérios técnicos de registro, *checklist* e preservação das informações, garantindo segurança jurídica e rastreabilidade documental.

De modo complementar, a Resolução CNJ nº 408/2021 determinou que os sistemas processuais eletrônicos impeçam a baixa antes da conclusão de todas as etapas legais e arquivísticas, evitando encerramentos prematuros e assegurando a completude dos atos processuais.

Ainda, a Resolução CNJ nº 483/2022 introduziu regra específica que veda a baixa definitiva de processos que contenham bens apreendidos sem destinação regular ou tratamento apropriado no sistema, preservando a legalidade e a integridade patrimonial vinculada aos autos.

No plano infralegal, o Código de Processo Civil oferece respaldo normativo ao encerramento do processo nas hipóteses de extinção, previstas especialmente nos artigos 485 (sem resolução do mérito), 487 (com resolução do mérito) e 924 (extinção da execução).

Essas disposições normativas consolidam a compreensão de que o arquivamento é ato final da jurisdição, a ser praticado tão logo se certifique o trânsito em julgado e se verifique a ausência de pendências.

### 3. RELEVÂNCIA INSTITUCIONAL E IMPACTOS GERENCIAIS

A permanência de processos findos no acervo ativo gera efeitos negativos na gestão judicial, inflando artificialmente os indicadores de congestionamento, distorcendo as métricas de desempenho e consumindo recursos humanos e tecnológicos em atividades desnecessárias.

A adoção sistemática da baixa definitiva, por sua vez, traduz-se em ganhos expressivos de eficiência administrativa. Cada processo devidamente arquivado representa a eliminação de tarefas repetitivas — como verificações de andamento, comunicações e publicações —, liberando tempo e energia dos Servidores e Magistrados para a tramitação de feitos efetivamente pendentes.

Do ponto de vista institucional, a regularização do acervo ativo favorece a precisão das estatísticas judiciais, promove o saneamento dos cadastros e melhora diretamente o **Índice de Atendimento à Demanda (IAD)**, indicador fundamental para aferição da eficiência jurisdicional.

Essa prática contribui, ainda, para o cumprimento dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, em especial no tocante à **Meta 1** (julgar quantidade maior de processos do que os distribuídos no ano) e à **Meta 2** (julgar os processos mais antigos até o final do exercício), ambas previstas na **Resolução CNJ nº 325/2020**.



Ao proceder à baixa definitiva de feitos julgados e transitados em julgado, o Tribunal incrementa o número de casos solucionados, reduz o estoque de pendências e eleva sua taxa de produtividade global — o que impacta diretamente o desempenho nas referidas metas.

Por consequência, essas ações também refletem positivamente nos critérios de avaliação do **Prêmio CNJ de Qualidade**, que reconhece boas práticas de governança, produtividade e gestão do acervo nos tribunais brasileiros.

#### **4. DIRETRIZES ÀS UNIDADES JUDICIÁRIAS**

Recomenda-se que as Secretarias Judiciárias das Unidades de 1º e 2º Graus procedam, com prioridade, regularidade e celeridade, à baixa e ao arquivamento definitivo dos processos que se encontrem integralmente julgados, com trânsito em julgado certificado e inexistência de pendências.

A medida deve ser adotada de forma contínua e sistemática, com atenção especial ao correto registro no sistema processual eletrônico e à atualização dos cadastros correspondentes, assegurando uniformidade de procedimentos e confiabilidade dos dados institucionais.

#### **6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO**

O arquivamento e a baixa definitiva de processos julgados e transitados em julgado configuram etapa indispensável da boa gestão judiciária, sendo imprescindíveis para o fortalecimento da governança, o aprimoramento da transparência e a obtenção de resultados mais precisos e confiáveis nas estatísticas do Tribunal.



Nesse cenário, o **Centro de Inteligência do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo** orienta todas as Unidades Judiciárias — em especial as Secretarias de 1º e 2º Grau — a **priorizarem e acelerarem a execução tempestiva da baixa e do arquivamento definitivo dos feitos aptos**, como prática institucional permanente e alinhada às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

Essa atuação conjunta reforçará o compromisso do Tribunal com a eficiência, a transparência e a integridade dos dados processuais, contribuindo para o alcance das Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça e para o aprimoramento contínuo da prestação jurisdicional.

Vitória, 01 de dezembro de 2025.

NAMYR CARLOS DE  
SOUZA FILHO:192846

Assinado de forma digital por NAMYR CARLOS DE SOUZA FILHO:192846  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - AC-JUS, ou=26306021000395, ou=videoconferencia, ou=Cert-JUS  
Magistrado - A3, ou=PODER JUDICIARIO, ou=MAGISTRADO, cn=NAMYR CARLOS DE SOUZA FILHO:192846  
Dados: 2025.12.01 18:15:33 -03'00'

NAMYR CARLOS DE SOUZA FILHO  
Desembargador Vice-Presidente do TJES  
Coordenador do CIPJEES

PAULO CESAR DE  
CARVALHO:4141016

Assinado de forma digital por PAULO CESAR DE CARVALHO:4141016  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - AC-JUS, ou=26306021000395, ou=videoconferencia, ou=Cert-JUS Magistrado - A3, ou=PODER JUDICIARIO, ou=MAGISTRADO, cn=PAULO CESAR DE CARVALHO:4141016  
Dados: 2025.12.04 13:24:17 -03'00'

PAULO CÉSAR DE CARVALHO  
Juiz Auxiliar da Vice-Presidência  
Membro do CIPJEES







Documento assinado digitalmente  
**ANA CLAUDIA RODRIGUES DE FARIA**  
Data: 04/12/2025 14:54:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ANA CLÁUDIA RODRIGUES DE FARIA**  
Juíza de Direito  
Membro do CIPJEES

**DANIELLE NUNES  
MARINHO:20144  
876**

Assinado de forma digital por DANIELLE NUNES  
MARINHO:20144876  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade  
Certificadora da Justiça - AC-JUS,  
ou=26306021000395, ou=videoconferencia,  
ou=Cert-JUS Magistrado - A3, ou=PODER  
JUDICIÁRIO, ou=MAGISTRADO, cn=DANIELLE  
NUNES MARINHO:20144876  
Dados: 2025.12.04 15:37:22 -03'00'

**DANIELLE NUNES MARINHO**  
Juíza de Direito  
Membro do CIPJEES



Documento assinado digitalmente  
**FABIO SANTANA VIEIRA**  
Data: 05/12/2025 19:00:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**FÁBIO SANTANA VIEIRA**  
Assessor de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica  
Membro do CIPJEES

**Ana Clara D  
Avila Guedes**

Assinado de forma digital por Ana  
Clara D Avila Guedes  
DN: cn=Ana Clara D Avila Guedes,  
o=TJES, ou=TJES,  
email=aclaradavila@gmail.com, c=BR  
Dados: 2025.12.05 14:15:00 -03'00'

**ANA CLARA DAVILA GUEDES**  
Servidora do Núcleo de Processamento de estatística  
Membro do CIPJEES

**RENATA  
CASAGRANDE  
MARTELLI:20975844**

Assinado de forma digital por RENATA  
CASAGRANDE MARTELLI:20975844  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade  
Certificadora da Justiça - AC-JUS,  
ou=26306021000395, ou=videoconferencia,  
ou=Cert-JUS Poder Publico - A3, ou=TJES-Tribunal  
de Justiça do Espírito Santo, ou=SERVIDOR,  
cn=RENATA CASAGRANDE MARTELLI:20975844  
Dados: 2025.12.05 14:19:21 -03'00'

**RENATA CASAGRANDE MARTELLI**  
Servidora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes  
Membro do CIPJEES

